



(pt) Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

### A “tragédia do óleo”, a inteligência dos peixes e a economia do carbono

AN Original - Alice Comenta

Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

Por João Arriscado Nunes



(pt) Notícias Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

### Boaventura de Sousa Santos sobre a libertação do ex-presidente brasileiro Lula da Silva

AN Original

Depoimento de Boaventura de Sousa Santos sobre a libertação do ex-presidente Lula da Silva

Por Boaventura de Sousa Santos



(es) Reflexión Anti-Capitalismo Anticolonialismo Anti-Heteropatriarcado

### Las batallas de la pluralidad en las narrativas del golpe en Bolivia

AN Original

Narrar hechos es un desafío ya que desde el lugar que nos situamos tenemos el poder de nombrar o silenciar los sujetos y su producción de historia. Trouillot (2017) en su análisis sobre Haití devela las formas(...)

Por Pilar Lizárraga Aranibar



(pt) Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

### A vitória da democracia contra o monopólio do “corpo elegível”

AN Original - Alice Comenta

Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

Por Bruno Sena Martins



(es) Reflexión Anti-Capitalismo Anticolonialismo

### La explosión de la burbuja neoliberal chilena y los actores movilizados del cambio: entre la represión militar y las alternativas al modelo

AN Original

Cómo se responde a las demandas sociales en Chile

Por Sebastián Emiliano Zúñiga Gougain, Sebastián Medina Gay



(es) Noticias Anti-Capitalismo Anticolonialismo

### ALAMES ANTE LA LUCHA DE LOS PUEBLOS EN AMERICA DEL SUR

Asociación Latinoamericana de Medicina Social y Salud Colectiva (ALAMES)



(pt) Notícias Anti-Colonialismo Anti-Capitalismo

### Simplificar, re-interpretar e alterar a violência sexual: como a AfD usa o Facebook para promover o seu programa anti-imigração

AN Original - DeOthering

Este artigo faz parte de uma série de publicações da autoria da equipa de investigação do projeto DeOthering, publicada no Alice News com cadência mensal.

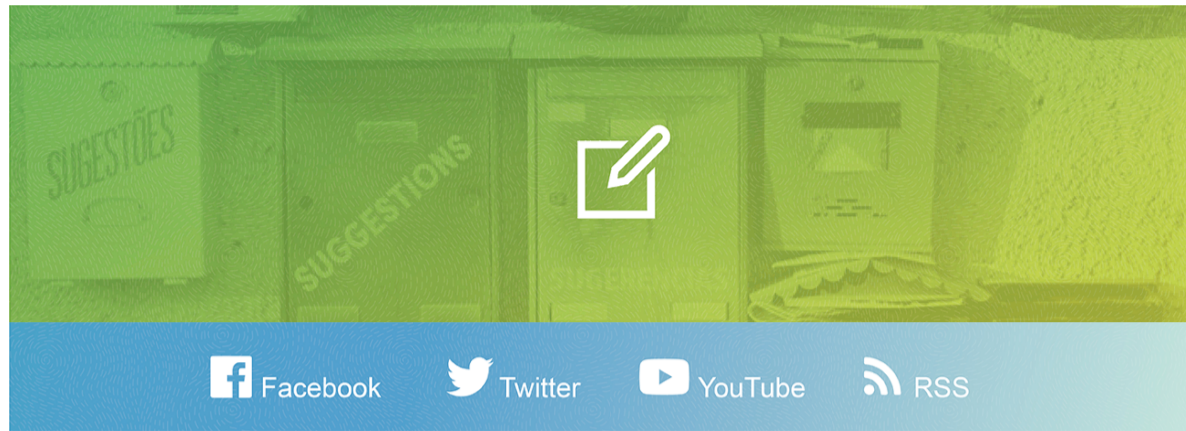
Por Júlia Garraio



## ALERTA FEMINISTA no Brasil denuncia a ameaça aos direitos das mulheres à cidadania

AN Original

Lançado pela Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, o documento apresenta uma esfera fundamental na luta pela democracia no país  
Por SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia



Centro de Estudos Sociais Tel +351 239 855 570  
Colégio de S. Jerónimo Fax +351 239 855 589  
Apartado 3087  
3000-995 Coimbra, Portugal alicenews@ces.uc.pt



alice



Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

You received this message because you are subscribed to the Alice News Newsletter. If you do not want to receive it again, [click here](#).

pt Reflexão Original Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

# A “tragédia do óleo”, a inteligência dos peixes e a economia do carbono

## AN Original - Alice Comenta

2019-11-12

Por João Arriscado Nunes



*Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.*

Degradação ecológica e sofrimento humano são marcas persistentes das práticas extrativistas e da economia do carbono que alimentam a acumulação capitalista na era do neoliberalismo, numa espécie de “remake” de uma acumulação primitiva que persiste desde o início da história do capitalismo. Os desastres ambientais, incluindo os que estão associados à poluição e contaminação por derrames de petróleo nos oceanos e nas áreas costeiras, são uma das marcas persistentes dessa degradação. No Brasil, os desastres ambientais que ganharam acrescida visibilidade ao longo do ano de 2019, a seguir aos incêndios florestais e ao desmatamento em territórios como a Amazônia e o Pantanal, teve um dos seus episódios mais recentes na “tragédia do óleo” que assolou o Nordeste do país.



Pescador brasileiro mostra peixe apanhado em praia atingida por derrame de óleo© Diego Nigro/EPA

O derrame de petróleo no litoral do Nordeste, detetado em finais do mês de agosto, é já por muitos considerado o maior desastre ambiental ocorrido no Brasil. Derrames de petróleo ocorreram já muitas vezes, no passado, em diferentes partes do mundo, envolvendo em geral acidentes com navios petroleiros, afetando de maneira durável e muitas vezes irreversível as áreas litorais atingidas. Mas a situação no Nordeste brasileiro não é apenas mais um acidente a juntar a uma lista que vai crescendo. Ela tem contornos particulares, que interpelam a economia e a política do carbono na era do neoliberalismo. E, através das respostas que o desastre suscitou, ela revela-nos muito também sobre a fratura que divide a sociedade brasileira entre a atual política de predação, apropriação e violência protagonizada pelos setores dominantes da sociedade brasileira e pelo Estado que a realiza e a continuada resistência e luta de populações e comunidades afetadas pela proteção dos seus territórios e modos de vida.

O desastre impressiona pela sua extensão – todos os Estados do Nordeste foram atingidos; pela intensidade – até há uma semana atrás já haviam sido removidas mais de 4 mil toneladas de resíduos de petróleo; pela gravidade dos seus efeitos – ameaças à saúde pública e à segurança alimentar, contaminação de praias e de manguezais, ameaçando os modos de vida, a fonte de subsistência e a saúde de mais de 150 000 pescadores e marisqueiras artesanais e de outros grupos da população que vivem de atividades ligadas ao mar.

motivando mesmo uma intervenção do Ministério Público Federal, por falta de comprometimento, pelo governo, do Plano Nacional de Contingência para Incidentes por Poluição de Óleo, destinado precisamente a responder a situações como a que afetou o Nordeste. Se faltou celeridade e zelo na resposta à situação, não faltou a especulação sobre a culpa ou responsabilidade pelo derrame e a minimização dos seus efeitos plasmada na surpreendente teoria apresentada por um responsável governamental, na presença do Presidente. Segundo essa teoria, os peixes, animais inteligentes, seriam capazes de nadar por entre as manchas e os resíduos de petróleo, evitando assim a contaminação e permitindo o seu consumo sem receio de efeitos para a saúde e a segurança alimentar. Uma versão inovadora, sem dúvida, para a família de argumentos tantas vezes avançados para minimizar os efeitos dos derrames de petróleo, invocando a resiliência da natureza e dos ecossistemas perante os efeitos destrutivos da ação humana...

Em contraste com esse descaso e inação, é assinalável a pronta mobilização de populações e comunidades que, mesmo com escassez de meios e de condições para realizar de maneira segura as tarefas de limpeza do mar e das praias, procuraram responder à situação através de formas solidárias de intervenção para proteção das ecologias de humanos e mais-do-que-humanos que configuram os seus modos de existência. Instituições locais e dos Estados contribuíram igualmente para esse esforço. A Universidade Federal da Bahia (UFBa), através do seu Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho, e a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) apoiaram as ações das comunidades e dos voluntários. A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) secundou o apelo da UFBa à declaração do Estado de Emergência de Saúde no Estado da Bahia e de mobilização dos recursos e capacidades do Sistema Único de Saúde (SUS) para a defesa da saúde pública, da saúde de pescadores e marisqueiras artesanais e da proteção dos territórios e comunidades ameaçados pela contaminação.

A “tragédia do óleo” impactou o Nordeste do Brasil, mas ela é um acontecimento de significado bem mais amplo, parte do processo de degradação ecológica global que, do aquecimento global às secas, dos eventos meteorológicos extremos à degradação e destruição de solos e de reservas de água, da depredação da mineração, da exploração e comércio do petróleo, é indissociável da dinâmica de acumulação de capital na era do neoliberalismo. O processo atravessa várias escalas, e os seus impactos são sentidos de maneiras diversas em diferentes regiões e locais, por populações e comunidades humanas e por ecologias complexas de humanos e mais-do-que-humanos. A economia do carbono e a dependência de combustíveis fósseis, como mostrou Timothy Mitchell, está no centro de um tempo presente em que ela é denunciada como causa, potenciada pela ação humana, de um desastre ecológico global sem precedentes, colocando em causa o futuro da espécie humana e da própria vida na terra, mas ao mesmo tempo continua a ser um dos pilares que garantem a persistência e ampliação do processo de acumulação de capital à escala global iniciado há mais de cinco séculos, protegido pelo poder do dinheiro, das armas e de um modelo civilizacional viciado em petróleo.

A “tragédia do óleo”, com a sua história de descaso e de contaminação, mas também de resposta solidária de comunidades e instituições, convida-nos a considerar o modo como formas de vida passadas que o tempo e os processos geológicos fossilizaram são hoje desenterradas (literalmente) para sustentar um processo de acumulação de capital assente na despossessão e no extrativismo. Os povos indígenas e comunidades tradicionais mostram bem o que está em jogo quando afirmam a sua pertença a um mundo em que humanos e forças e entidades mais-do-que-humanas – a terra, os espíritos, os antepassados – sedimentaram camadas de existências e de tempos passados que hoje, enquanto matéria fóssil, parecem condenadas a uma nova extinção, consumidas como combustível de uma catástrofe sem retorno. A resposta não está, como nos lembra Boaventura de Sousa Santos, em discutir futuros alternativos enquanto se vai deixando arder, poluir e destruir os mundos a que pertencemos, mas em ampliar o presente, reconhecer as experiências, saberes, práticas e formas de ação coletiva que permitem multiplicar os futuros possíveis e a dignidade e respeito das vidas humanas e mais-do-que-humanas e das ecologias em que se encontram e que as sustentam e enriquecem.

---

**João Arriscado Nunes** é Professor Catedrático de Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, co-coordenador do Programa de Doutoramento “Governança, Conhecimento e Inovação” e Investigador Permanente do Centro de Estudos Sociais. Membro do Conselho Consultivo da Associação Portuguesa de Sociologia. Membro da coordenação do projeto ALICE - Espelhos estranhos e lições imprevistas, dirigido por Boaventura de Sousa Santos e financiado pelo European Research Council (2011-2016). Foi Pesquisador Visitante na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no Rio de Janeiro (2011-2012), e Director Executivo do CES (1998-2000). Os seus interesses de investigação centram-se nas áreas dos estudos de ciência e de tecnologia (em particular, da investigação biomédica, ciências da vida e da saúde pública, da relação entre ciência e outros modos de conhecimento), da sociologia política (democracia, cidadania e participação pública, nomeadamente em domínios como ambiente e saúde), Direitos Humanos e teoria social e cultural (com ênfase no debate sobre as “duas culturas”). Mais recentemente, coordenou os projectos de investigação “Avaliação do estado do conhecimento público sobre saúde e informação médica em Portugal”, no âmbito do Programa Harvard Medical School - Portugal e “O envolvimento da ciência com a sociedade: ciências da vida, ciências sociais e públicos - BIOSENSE”, ambos financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Coordenou e participou em vários projectos nacionais e internacionais (com coordenação de equipas portuguesas),

# Boaventura de Sousa Santos sobre a libertação do ex-presidente brasileiro Lula da Silva

## AN Original

2019-11-08

Por Boaventura de Sousa Santos

Depoimento de Boaventura de Sousa Santos sobre a libertação do ex-presidente Lula da Silva



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# Las batallas de la pluralidad en las narrativas del golpe en Bolivia

## AN Original

2019-11-05

Por Pilar Lizárraga Aranibar

Narrar hechos es un desafío ya que desde el lugar que nos situamos tenemos el poder de nombrar o silenciar los sujetos y su producción de historia. [Trouillot \(2017\)](#), en su análisis sobre Haití devela las formas de cómo opera el poder en la producción de la historia, asociado al Imperio, al control y producción de subjetividades. En la historia que requiere ser contada en la Bolivia pos-electoral del 20 de octubre, el poder de producción de subjetividades y narrativas lo tienen las clases medias, académicos de oposición y medios que distorsionan los hechos de una manera conveniente como parte de la estrategia política del Golpe.



Foto: Marcelina Vacafleres

En la Patria Grande el Imperio ha implementado una estrategia para frenar la reconfiguración de alternativas políticas y mantener el control. En Bolivia, en alianza con el bloque cívico fascista, establece una estrategia para “sacar al indio”, como hicieron con Dilma y Lula en Brasil, instalando la consigna de “defensa del Voto y la Democracia”, posicionado el fraude, la anulación de las elecciones e instalando violencia, convulsión social y desestabilización y constituyendo una guerra mediática.

Semanas previas al 20 de octubre los Comités Cívicos llevaron adelante acciones violentas contra mujeres campesinas, casas de campaña del Movimiento al Socialismo (MAS); y después del 20 se manifestaron quemando instituciones públicas y material electoral, bloqueo e imposición de reglas, instalando miedo, violencia y racismo contra “mujeres de polleras”, como lo manifiesta el líder cívico [Camacho](#), argumentos que son aceptados por jóvenes y académicas opositoras que buscan “recuperar la patria añorada”, la Bolivia del racismo y las exclusiones.

Instalaron narrativas que distorsionan y encubren los hechos, legitimando el origen de la convulsión social en el irrespeto del indio a la democracia y al poder factico del blanco. Se silencia la emancipación y la historia de los Pueblo Indígenas Originarios Campesinos (PIOC), sujeto histórico del proceso constituyente boliviano que expresa la condición de pre-existencia y el horizonte comunitario y las clases populares con narrativas que encubren el odio a lo que Evo Morales, primer Presidente Indígena de Bolivia encarna, con un disfraz semántico de “Evo, creímos en ti por tu origen étnico, ahora queremos

que te vayas por corrupto, fascista y discriminador”, situando la discriminación en su lenguaje y experiencia de odio, y deslegitimando el voto de los PIOC por ser “fraudulento”.

El Comité de Defensa de la Democracia (CONADE) y Carlos Mesa, candidato por Comunidad Ciudadana, invocando la “madre de las batallas”, convocan al bloqueo y toma de ciudades, que tiene que ser aceptada por las “polleras, ojotas y aguayos”, ya que “luchan por ellos”, silenciando con esto los derechos colectivos y territoriales y sus formas de hacer y constituir la política. Para la Coordinadora Nacional por el Cambio (CONALCAM) esto es un atentado a los derechos, a la institucionalidad democrática y a la voluntad soberana del Pueblo.



Esta convocatoria es vista por la sociedad agredida como delincencial, que no respeta el voto y la voluntad de los pueblos y que tiene como objetivo desestabilizar el país. Utilizan una estrategia de corte de calles, cobros de peaje, inspecciones de vehículos, instaurar temor en la ciudadanía usando motoqueros como agentes de control y reclutando delincuentes para incendiar viviendas e instituciones. Los encargados de realizar todo esto son empleados públicos opositores, estudiantes universitarios cooptados, la unión

juvenil cruceña y clases medias que están generando violencia y vulnerando los derechos.

Por el otro lado, organizaciones gremiales, juventudes, sindicatos de transporte, campesinos e indígenas, mineros asalariados, activistas, intelectuales y trabajadores por cuenta propia han denunciado a través de comunicados, marchas y desbloques, que hay una estrategia golpista que está liderada por el CONADE y organizaciones cívicas.

Intelectuales de oposición y ex-aliados al MAS se han sumado a los paros, bloqueos y cabildos y han manifestado que la violencia es responsabilidad de los PIOC que salen en “defensa de su voto y el proceso” y que esta “convulsión social” es resultado “del irrespeto al Referéndum del 21 F, como plantea Solón, dejando de lado en el análisis de la democracia, la construcción de la subjetividad y el control del pensamiento político (Chomsky, 1992), el constitucionalismo emancipatorio y el conocimiento de la emancipación (De Sousa Santos, 2006), que evidentemente rompe con lo imaginable y pensable (Trouillot, 2017) en la construcción de la democracia burguesa.

Sus argumentos invisibilizan la reivindicación política y el derecho de protesta de los pueblos, privilegiando el voto de la ciudad sobre el campo, descalificando la denuncia sobre la desestabilización y golpe de estado orquestado por el Imperio, manifestando en las redes que esta posición es antidemocrática y un servicio ideológico y acríptico del proceso pos elecciones en Bolivia y posicionando por el contrario que este movimiento golpista es democrático.

Los cabildos convocados por la CONADE se han constituido en mecanismos de convocatoria para el golpe. Antes del 20 de octubre iniciaron con la consigna del fraude y manifestaron desconocer los resultados de las elecciones, proponiendo posteriormente segunda vuelta, posesión de facto de Carlos Mesa, anulación de elecciones, rechazo a la auditoria y dando un ultimátum para la renuncia al Presidente constitucional. La CONALCAM se ha manifestado apoyando la continuidad y defensa del proceso y respaldando la auditoria electoral, solicitada por el gobierno boliviano a la Organización de Estados Americanos (OEA) con el objetivo de “verificar la transparencia y legitimidad del proceso electoral”.



Estas narrativas conservadoras ponen en debate la democracia, a través de la defensa del voto y el fraude, cuestionando la legitimidad y los resultados finales donde Evo Morales gana las elecciones con el 47,08% de los votos, frente a 36,51%. Analistas plantean que la denuncia de fraude presentada por Carlos Mesa no tiene fundamentos ni pruebas (Ritcher, 2019). Esto contrasta con los que defienden la consigna del fraude y desconocimiento del voto popular a partir de la suspensión del Transmisión de Resultados Electorales Preliminares (TREP), como plantea Solón, argumentos que sustentan la

convocatoria a la violencia y convulsión social a partir de la manipulación de la subjetividad política de los jóvenes y clases medias que está enfrentando a la sociedad boliviana y que es interpretada por algunos como un movimiento libertario.

La CONADE, académicos de oposición y actores políticos de derecha plantean la renuncia de Evo y anulación de las elecciones como única salida para pacificar el país, como expresa el pronunciamiento del cabildo del 31 de octubre “luchar hasta que Evo Morales renuncie a la presidencia” y la Carta de Comunidad de Ciudadana.

Estas acciones plantean una cartografía en la que se confrontan dos visiones de país y en la que se dibuja le “venganza del blanco contra el indio que tuvo la osadía de expulsar al patrón del palacio de gobierno” 14 años atrás, instalando violencia contra las conquistas colectivas comunitarias y colocando a Bolivia ante un intento de golpe de Estado, montado con la manipulación de la subjetividad política y con la operación de los comités cívicos y la CONADE. La salida es impensable, pero no en clave de la racionalidad occidental que planea la renuncia de Evo, sino en las formas y acciones que la Bolivia profunda y subterránea pueda asumir.

---

**Pilar Lizárraga Aranibar** - Investigadora JAINA, Miembro Comité Directivo de CLACSO



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.



# A vitória da democracia contra o monopólio do “corpo elegível”

## AN Original - Alice Comenta

2019-10-29

Por Bruno Sena Martins

*Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.*

Das eleições legislativas portuguesas de 2019, decorridas no dia 6 de outubro de 2019, haveria de resultar a inédita eleição de três mulheres negras. A recente tomada de posse Beatriz Gomes Dias, Joacine Katar Moreira e Romualda Nunes Fernandes, ativistas e pensadores constitui um assinalável momento simbólico se tivermos em conta as antiquíssimas gerações de negras/as violentamente imbricados nos destinos do nexu colonial-racista que fez Portugal. Importante expoente de uma justiça histórica anti-racista e feminista, a eleição de 6 de outubro convoca, contudo, uma reflexão sobre um outro tema menos evidente no debate público e na agenda política: a deficiência e a opressão das pessoas com deficiência.



Foto: Revista Sábado

O tema da deficiência ganharia insólito mediatismo pelos violentos ataques endereçados à candidatura de Joacine Katar Moreira pelo facto de ser uma mulher que gagueja. A turba que procurou a desqualificação de Joacine, é certo, exprimiu o encontro de formas larvares de racismo, sexismo e homo e transfobia<sup>1</sup>, no entanto é particularmente intrigante verificar a olímpica leveza com que a gaguez foi usada, frequentemente por pessoas que reputaríamos razoáveis, para diminuir a agora deputada. Tudo se passa como se a discriminação e o discurso de ódio ligado à deficiência pudessem dispensar quaisquer artifícios ou cuidados não humilhantes para a naturalização da inferioridade. A ideia que há pessoas que são destituídas de uma completa humanidade, do elementar direito a uma plena participação pública, pôde ser expressa abertamente sem que um levante social lembrasse o quanto de sofrimento historicamente resulta da menorização de pessoas que habitam e funcionam no mundo em termos diversos da “normalidade”, essa ficção persuasiva que a biomedicina moderna colocou no altar privado de cada um de nós.



Foto: Visão

Na verdade, um dos factos mais relevantes da legislatura que agora cessou foi o mandato de Jorge Falcato, deputado do Bloco de Esquerda, que durante 4 anos constitui o rosto visível das lutas pela dignidade e participação social das pessoas com deficiência em Portugal. Num país em que, segundo os censos de 2011, 1 792 719 pessoas têm alguma incapacidade (cerca de 17% da população), fica fácil perceber a importância de uma figura no parlamento que cuja identidade, experiência e agenda política represente no parlamento as aspirações das pessoas com deficiência.

Nas leituras críticas das sociedades contemporâneas é frequentemente denunciado o lugar que os corpos e as suas diferenças ocupam nos discursos legitimadores das relações de opressão, como *locus* de algumas das mais centrais formas de desigualdade e de controlo social na sociedade contemporânea. Por essa razão torna-se desafiante indagar: porque é que as situações de precariedade económica, exclusão social e exposição à violência, amplamente enfrentadas pelas pessoas com deficiência se encontram, quase sempre, tão invisibilizadas, tão longe das preocupações que marcam a agenda social? Estamos perante formas particularmente insidiosas de opressão social em que o elemento biológico da deficiência é tomado como justificação suficiente para uma não participação nas actividades centrais da sociedade.

Temos, pois, uma lógica recursiva que faz com que nas ruas, no espaço mediático e nos corredores do poder a discriminação com base na deficiência não seja um significativo tema de contenda e atenção, minimamente correlato à violência da marginalização sofrida pelas pessoas com deficiência. Perceber a luta contra a opressão das pessoas com deficiência como uma questão de mobilização política implica reconhecer o vínculo forte entre diferentes lutas por justiça: anti-racistas, anti-patriarcais, anti-capitalistas e anti-normativas. Significa proclamar, a partir de diferentes lugares da existência, que recusamos o privilégio de um corpo elegível para vestir o hábito do poder.

---

<sup>1</sup> Abraçando a agenda LGBTQ+, no seu vídeo de campanha, Joacine fez-se acompanhar pelos Fado Bicha, grupo musical notável pelo como como desafia a heteronormatividade e o racismo através do fado.



EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL



Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra

1290  
UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA

Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura  
Universidade de  
Coimbra - Alta e Sãta  
Instituição no Livro de Memórias  
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# La explosión de la burbuja neoliberal chilena y los actores movilizados del cambio: entre la represión militar y las alternativas al modelo AN Original

2019-10-24

Por Sebastián Emiliano Zúñiga Gougain, Sebastián Medina Gay

## Cómo se responde a las demandas sociales en Chile

Con el llamado y mantención del toque de queda desde el sábado 19 de octubre 2019, las autoridades de gobierno han decidido no respetar el NUNCA MÁS y constituir un estado de excepción que sigue sumando violaciones a los derechos humanos. La sostenida brutalidad de la represión policial y militar contra los manifestantes revive los traumas de la dictadura pinochetista y nos hace volver con dolor a la historia. Gran parte de la prensa internacional ya ha destacado que el presidente Sebastián Piñera ha tomado la errada decisión política de enfrentar las protestas como si de una guerra se tratase, enviando el siguiente tipo de mensajes televisivos a la nación: "Es un enemigo poderoso, estamos conscientes que son grupos organizados (...) Sabemos perfectamente lo que están preparando para mañana; no vamos a permitir que los delincuentes se sientan dueños del país".



CLAUDIO REYES / AFP via Getty Images

## Los alarmantes datos sobre la desigualdad en Chile y la privatización de derechos sociales

Sin una sola palabra sobre el fondo de las demandas sociales que levantaba la ciudadanía, las primeras medidas del poder ejecutivo fueron amenazar con la aplicación de la "Ley de Seguridad del Estado" y delegar en las fuerzas armadas la decisión de iniciar y detener el toque de queda. Este auto-boicot a la democracia que tiene como efecto la criminalización y dura represión de la protesta social, aparece como similar a la que hace un par de semanas protagonizó en Ecuador el presidente Lenin Moreno frente a las movilizaciones masivas iniciadas por el movimiento indígena campesino (CONAIE) como respuesta al denominado "paquetazo" de medidas de reducción de subsidios, precarización laboral y condonación de deudas a los grandes capitales.

El 50% de los trabajadores chilenos gana menos de \$400.000 pesos chilenos mensuales (494 euros) y prácticamente 7 de cada 10 trabajadores gana menos de \$550.000 pesos chilenos mensuales (679 euros). Esto contrasta de forma radical con las cifras macroeconómicas que muestran un crecimiento

relativamente estable del Producto Interno Bruto (PIB) desde principios de la década del 1990s. El año 2018, por ejemplo, se muestra un sorprendente PIB per cápita de 14,670 USD. Sorprendente, porque este valor no se refleja en un mayor poder de consumo de los chilenos sino en realidad en una cada vez mayor concentración de la riqueza. Durán y Kremerman observaban para el año 2015 que el 1% de la población se queda con un 31,5% del PIB. Lo anterior se traduce en un puñado de familias de “super ricos” que se quedan con la “parte del león” de un crecimiento económico sostenido a través de una serie de excepciones impositivas y judiciales que favorecen a los capitales extractivistas y la especulación financiera. Según el Banco Mundial para el año 2018, el coeficiente de Gini de Chile se elevaba a 0.46 (que siendo 1 refleja una desigualdad completa entre los segmentos más pobres y más ricos de la sociedad) y el último informe de la OCDE ubica a Chile en los peores lugares de desigualdad económica junto con México, Costa Rica y África del Sur. En ese contexto una gran masa trabajadora precarizada se ve obligada a vivir crónicamente endeudada. Los datos son elocuentes: un informe sobre la deuda de las personas al 2019 plantea que 1 de cada 3 chilenos mayores de 18 años (4.583.422 personas) tienen deudas impagas dentro del sistema Equifax. Y de estas, un 40,3% se encuentran endeudados con las cadenas de “Retail” que son dueñas de los principales supermercados del país.

A la desigualdad económica se suma la desprotección social. Por ejemplo, el sistema de pensiones, en la cual la cotización del trabajador es obligatoria, pero se destina a un puñado de administradoras privadas (las AFP), muestra cifras desastrosas. Instalado en la dictadura de Pinochet, este sistema recién comienza a mostrar sus verdaderos resultados con los primeros pensionados: a fines del 2018, el 50% de las 684 mil jubilados que recibieron una pensión de vejez por edad obtuvieron menos de \$151.000 pesos chilenos (aprox.186,6 euros).

### **Una crisis sociopolítica con actores en movimiento y alternativas posibles**

Tras una “imagen-país” sostenida en la ilusión de un neoliberalismo democrático, se oculta esta realidad desigual que la sociedad civil organizada ha padecido y estudiado en profundidad. En la fase actual, las organizaciones surgidas de los movimientos sociales en Chile (movimientos estudiantiles secundarios y universitarios, movimiento feminista del 8M, movimiento mapuche, MODATIMA, Movimiento por el Agua y los Territorios, Coordinadora No+AFP, entre muchos otros) cuentan con una batería de análisis y propuestas técnicas para implementar medidas políticas frente a las demandas sociales, en cada uno de los ámbitos de degradación de los derechos sociales: trabajo, pensiones, salud, educación, medio ambiente y participación democrática. En general los análisis estructurales apuntan a que la serie de reformas impuestas en dictadura y continuadas por los gobiernos de la transición democrática, han convertido estos derechos en fuentes de lucro para los principales capitales del país a través de la destrucción progresiva de las instituciones estatales sobre las cuales se sostenían. Lo anterior, amparado en una Carta Constitucional (escrita en dictadura, 1980, y mínimamente retocada en 2005) que impide reformas estructurales y promueve la mercantilización de estos derechos.

Con relación a estas demandas y movilizaciones el pasado lunes 21 de octubre, un grupo de al menos 50 actores y organizaciones sociales exigió Asamblea Constituyente y 6 medidas anti-abusos de corto plazo. Esto se suma a la convocatoria, desde diversas organizaciones sindicales del país, a una huelga nacional general y sendas marchas por las principales avenidas y ciudades para el día 23 y 24 de octubre (que al momento de este escrito se observan con fuerte respaldo transversal ciudadano). Pese a que el movimiento sindical fue profundamente dañado en dictadura, es hoy cuando siguen siendo la voz de una buena parte de los trabajadores que, también en condiciones de trabajo precarizadas, además deben enfrentar cotidianamente formas de respuesta minimalista para las mayorías sociales disconformes: usuarios de escuelas, consultorios y hospitales, sistemas de transporte y servicios públicos en general.

Aunque el toque de queda encubre parcialmente la brutalidad de la violencia policial-militar y sus montajes, ya hay denuncias de persecuciones políticas, allanamientos, tortura y detenciones ilegales. Son nefastas maniobras que ya se venían progresivamente desplegando por el Estado frente a distintos movimientos sociales y especialmente en relación con el movimiento mapuche, donde la dolorosa historia reciente todavía reclama asesinatos impunes en manos de la policía militarizada (desde Alex Lemun a Camilo Catrillanca). De ser aún posible, la salida a esta crisis sociopolítica requiere que el gobierno asuma su trágico error político, retirando a los militares desde las calles, levantando el toque de queda, y dejando de criminalizar a la organización civil movilizadora que, en otros tiempos recordemos, acabó con la dictadura de Pinochet (mediante las 22 jornadas de protesta nacional entre 1983 y 1987) y que ahora es la única capaz de dar una respuesta verdaderamente democrática a las demandas sociales.

---

### **Sebastián Medina Gay y Sebastián Zúñiga Gougain**

Doctorado en Postcolonialismos y Ciudadanía Global  
CES / FEUC Universidad de Coimbra



**EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL**



**Centro de Estudos Sociais**  
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA



Organização  
das Faculdades de  
Ciências e de Letras  
Mundial em 2013



Universidade de  
Coimbra - Alta e Sãfa  
Mundial em 2013

# ALAMES ANTE LA LUCHA DE LOS PUEBLOS EN AMERICA DEL SUR

## Asociación Latinoamericana de Medicina Social y Salud Colectiva (ALAMES)

2019-10-23



### Comunicado ALAMES ante la situación en Latinoamérica - Ecuador y Chile

Frente al estado de situación de las protestas de las fuerzas populares del Ecuador, contra el draconiano paquete de medidas de ajuste neoliberal implementadas por el gobierno de Lenín Moreno en cumplimiento a las exigencias del Fondo Monetario Internacional y las medidas del Gobierno de Sebastián Piñera en Chile de precarización de la Salud y la elevación del precio del metro; la Asociación Latinoamericana de Medicina Social y Salud Colectiva manifiesta:

1. Las medidas económicas en Ecuador, condicionadas para sus préstamos contenidas en la carta de intenciones entre el FMI y el gobierno de Moreno de acuerdo a lo expresado por la dirigencia popular ecuatoriana, no solo incluyen las dirigidas a lesionar directamente al sector laboral y la población en general, como la supresión del subsidio a los combustibles, las medidas de reducción de la masa salarial y la profundización de la precarización laboral (reducción en un 50% de las vacaciones, confiscación de un día de salario al mes para pagar la deuda, reducción de la remuneración pactada en los contratos laborales en un 20%)
2. Lo pactado por Moreno incluye también la condonación de la multimillonaria deuda por más de 4,000 millones de dólares, adquirida por los bancos y la corrupta oligarquía ecuatoriana a los que tan servilmente obedece. El paquete también allana el camino y concede total libertad para que la oligarquía, en asocio con las grandes empresas transnacionales, puedan profundizar sin cortapisas la política privatizadora, depredadora y extractivista de los recursos naturales del Ecuador.
3. La apertura del diálogo entre los dirigentes populares y el gobierno de Moreno, no hubiera sido posible sin la organización popular, particularmente del movimiento indígena campesino representado por la CONAIE, y la ejemplar y combativa lucha de calles con que el pueblo ecuatoriano concentró la atención, la simpatía y la solidaridad de todos los pueblos del mundo. Las dimensiones y empuje de la lucha popular, hicieron que Moreno abandonara la capital para refugiarse en Guayaquil y convulsionó y polarizó al país entero, obligando al gobierno a negociar a pesar del bloqueo mediático, la brutal represión desencadenada por el gobierno y las capturas selectivas de dirigentes populares
4. El diálogo abierto, mediado por la ONU y la iglesia católica, condujo a la derogación del decreto 883 por parte del gobierno y al desmontaje del paro nacional por las fuerzas populares representadas por la CONAIE.
5. No obstante, Moreno está intentando retomar las medidas contenidas en el decreto 883 con excepción de la derogación del subsidio a los combustibles, a fin de congraciarse con sus patronos locales e internacionales y hacer recaer la fuerza de las medidas que desataron las protestas, sobre las espaldas de la clase trabajadora.
6. Adicionalmente el gobierno no ha procedido, como se demandaba, a la destitución de los ministros del interior y defensa, que diseñaron y ordenaron la represión de la protesta y la captura de los

- líderes populares, dejando igualmente en la impunidad a quienes ordenaron y ejecutaron la muerte, torturas, heridas, capturas y desapariciones de miles de ecuatorianos
7. En Chile, la brutal represión ejercida por el Gobierno de Sebastián Piñera tras las evasiones pacíficas iniciadas en su capital por estudiantes secundarios hace unas semanas, que condujo al mayor alzamiento popular de las últimas décadas, está atentando contra la salud, la vida, la libertad y otros derechos fundamentales de miles de manifestantes y población general.
  8. Frente a la masificación de la protesta, el gobierno actuó criminalizando y decretó estado de excepción constitucional con lo que le entregó a los militares (como en dictadura) el control del territorio. Esta medida desató una fuerte y masiva reacción de rechazo popular, no solo en Santiago sino que en todo el país. Actualmente la expansión de la medida de excepción constitucional está rigiendo a la mayoría de la población y se ha dispuesto toque de queda en las principales ciudades del país. A pesar de ello el pueblo chileno sigue manifestándose intensamente contra la represión.
  9. Piñera finalmente dispuso la suspensión del alza de la tarifa del metro, afirmando de manera grotesca “que había escuchado con humildad la voz de la gente”, convocando al diálogo, mientras señala que el país está en guerra y continúa la brutal represión en las calles. Militares armados, la policía civil y uniformada no han logrado frenar el clamor del pueblo, mientras existe un saldo de muertes, cientos de personas heridas, miles de detenciones, muchas de ellas ilegales, denunciándose torturas y vejámenes sexuales contra detenidas y detenidos.
  10. Este estallido no es más que la gota que rebalsó el vaso frente a la precarización de la vida producto del modelo de desarrollo neoliberal impuesto en Chile en dictadura, donde la Seguridad Social, la Educación, la Salud, el agua, los recursos naturales, entre otras cosas, están privatizadas. En ese contexto el gobierno de Piñera en la actualidad, está asfixiando aún más al Sistema Público de Salud generando una gran crisis en la atención de la población.

Las medidas neoliberales de ajuste impuestas por el FMI, no solo vulneran y precarizan los derechos laborales y la economía familiar, también violentan derechos fundamentales como el derecho a la salud y a la vida, motores de la organización y lucha de ALAMES desde sus orígenes. Las medidas neoliberales de ajuste siempre conducen a la privatización de la salud, vinculándola obligatoriamente a la capacidad de pago de las personas.

ALAMES viene señalando desde hace 40 años (y continuará haciéndolo) la indisoluble articulación entre el modo capitalista de producción y la malsana relación que genera entre la humanidad y la naturaleza, determinando el incremento en las inequidades globales, la depredación ambiental, el cambio climático, la pobreza, las corrientes migratorias, las crisis hídrica y alimenticia, así como el incremento en la carga de enfermedad y la mortalidad que abaten a nuestros pueblos. En relación con los hechos relatados, ALAMES recuerda que las medidas de ajuste neoliberal que el FMI pretende imponer a Ecuador no constituyen de manera alguna, acciones encaminadas a “sanear” la economía local sino a beneficiar a la oligarquía ecuatoriana y las grandes empresas imperialistas a costa de la sobreexplotación del pueblo y las riquezas naturales ecuatorianas, vulnerando en el proceso los más fundamentales derechos humanos y sumiendo a nuestros países en la pobreza. Tampoco son prácticas limitadas al Ecuador o a Cuba y Venezuela, que también las sufren en una forma más criminal: el bloqueo diseñado y ejecutado directamente por las fuerzas imperiales.

Estas medidas de ajuste ya han demostrado su perversidad en todos los países en los cuales se han impuesto a través de gobiernos neoliberales, como Grecia en Europa; Haití en el Caribe; Honduras y Guatemala en Centroamérica sumándose últimamente El Salvador donde un paquete similar se implementa insidiosamente. En estos países que configuran “el triángulo norte” de Centroamérica, la crisis migratoria en busca del inalcanzable espejismo del sueño americano, ya no solo es víctima del crimen organizado en el narcotráfico y la trata de personas, también choca dramáticamente con la política racista y xenófoba de Trump, que no solo criminaliza a los migrantes y viola sus derechos, sino que presiona a los gobiernos al sur del río Bravo para convertirlos en policías migratorios, a fin de que implementen estas políticas sobre sus propios ciudadanos y sobre los migrantes que arriban desde los países ubicados más al sur. En Suramérica también soportan este flagelo, Argentina, Brasil y Colombia, agregándose desde este viernes 18 de octubre una oleada de descontento social y protestas en Chile.

ALAMES considera por tanto fundamental hacer un llamado a las fuerzas vivas en todos y cada uno de los países de nuestra América, para cerrar filas contra esta oleada neoliberal, impulsada para superar la crisis global que enfrenta el modelo capitalista de producción, lo que intenta hacer profundizando las inequidades, el extractivismo, la opresión y la explotación de nuestra población y nuestros recursos naturales. Toda Latinoamérica se encuentra amenazada y la solidaridad entre nuestros pueblos, así como la lucha por cambiar este modelo rebasado por la historia debe ser el camino a seguir.

Por todo lo anterior ALAMES llama a sus organizaciones de país y a sus redes temáticas en toda Latinoamérica a:

1. Fortalecer la solidaridad con la lucha de los pueblos ecuatoriano y chileno en estos momentos difíciles frente a medidas neoliberales que atentan contra su economía, su salud, su vida y sus libertades.
2. Deplorar y rechazar la traición y el incumplimiento del diálogo por el gobierno de Lenín Moreno, que hoy cobra nueva fuerza ante el desmontaje del paro, lo que se expresa en la persecución y apresamiento de líderes que apoyaron y defendieron los intereses del pueblo ecuatoriano en las jornadas contra el paquetazo del FMI, así como a autoridades del pasado gobierno. Igualmente condena la brutal represión desatada por Piñera contra los estudiantes y pueblo chilenos y demanda el cese inmediato del estado de excepción.

3. Exigir a las instancias que asumieron la mediación entre las partes, a denunciar la mendacidad, la hipocresía y la dictadura de Moreno, así como la identificación, juicio y condena de los asesinos y violentadores de los derechos de los manifestantes ecuatorianos y chilenos.
4. Elevar el nivel de conciencia y comprensión de la estrategia neoliberal y las modalidades que impulsa en los países latinoamericanos, dirigida a recuperar su hegemonía y profundizar la explotación de nuestros recursos.
5. Redoblar igualmente la solidaridad con los hermanos pueblos de Venezuela y Cuba, que resisten heroicamente y derrotan día a día, la agresión imperialista.

**Coordinación Latinoamericana de ALAMES**  
**21 de Octubre de 2019**

---



#### **Comunicado ALAMES Chile**

Los hechos ocurridos durante esta semana en Santiago de Chile son reflejo de una profunda crisis que se inició en la Dictadura y que la mal llamada transición democrática no pudo subsanar, expresándose principalmente en el mantenimiento de la Constitución Política de Chile, profundizando el modelo de desarrollo neoliberal y agudización de la desigualdad social.

Sin embargo, es importante reconocer, una vez más en nuestra historia, la importancia de los estudiantes secundarios quienes han dado cátedra del ejemplo de resistencia y amor a la vida, expresada hoy en las protestas contra el alza de la locomoción colectiva. Agradecemos a los estudiantes, por despertarnos y hacernos presentes la importancia de la lucha social y el resguardo de los derechos colectivos.

#### **Como ya lo decía Violeta ¡Que vivan los estudiantes!**

La situación es crítica, a la tarde del viernes 18 de octubre, el gobierno en su afán de criminalizar la protesta, ha declarado Estado de Excepción Constitucional en Santiago, y en respuesta a ello, durante esa tarde y la noche siguiente se generaron intensas protestas demostrando el descontento social y el rechazo a la medida que terminaron con cientos de detenidos y heridos; focos de incendio, 41 estaciones de metro incendiadas, junto a otros buses de transporte público destruidos. Desde las 0 horas del sábado, por primera vez y después de 30 años, como en dictadura la ciudad quedó con militares controlando las calles; lo que demuestra la incapacidad del gobierno de manejar el conflicto social. La situación ha ido de mal en peor, la respuesta represiva del gobierno no hizo más que exacerbar las protestas.

En relación a las protestas realizadas durante estos días, comunicamos lo siguiente:

1. Que el **Derecho a Rebelión** es uno de los derechos fundamentales a la hora de estar oprimidos
2. Rechazamos todo acto de violencia de cualquier organismo o institución del Estado, siendo el Estado de Excepción uno de los más graves hechos acontecidos desde el retorno a la débil Democracia construida, siendo el toque de queda una expresión clara del fracaso político de la derecha gobernante, incapaz de resolver las necesidades de los pueblos y realizando reformas neoliberales que solo fomentan la acumulación de la riqueza de unos pocos.
3. Llamamos a terminar el Estado de Excepción, considerando no solo lo doloroso que fue para nuestra historia la Dictadura Cívico-Militar, sino que además, de manifiesto pone en riesgo la construcción de un país democrático. No es posible que hayan salido con armas de fuego, tanques y otros artefactos de guerra a enfrentar civiles desarmados.

Actualmente el ánimo del pueblo no amaina y se han generado manifestaciones, en un principio, pacíficas frente a los militares instándolos a volver a sus cuarteles. Han habido muchos cacerolazos en contra del estado de excepción y se han programado manifestaciones diversas en Santiago y el día de hoy se han levantado protestas y movimientos en todo el territorio nacional. A la hora de este comunicado también se ha decretado Estado de Excepción en las ciudades de Valparaíso y Concepción. Larga noche será la de hoy.

La expansión de las manifestaciones a nivel nacional demuestra la miopía del gobierno de querer circunscribir las movilizaciones ante el aumento en la tarifa del transporte público a meros actos delincuenciales, siendo incapaces de percibir el descontento general frente al modelo de sociedad impuesto. Esto parece ser un despertar de muchos malestares acumulados por la sistemática precarización de la vida que el pueblo de Chile sufre cotidianamente. Ante los hechos de corrupción

asociados al Presidente y a la clase gobernante, la evasión al pago de la locomoción colectiva implica un conflicto ético-moral para quienes hablan de actos de delincuencia.

En materias de salud, la crisis se ha instalado durante años, siendo su expresión más nefasta en la actualidad, en donde existe falta de insumos y medicamentos que han obligado a cancelar cirugías, tratamientos oncológicos y otros servicios indispensables. Manifestamos nuestra preocupación ante la grave crisis sanitaria en el país. Adherimos a la movilización nacional de este lunes 21 de octubre, a la Protesta Nacional y el día 22 de octubre al llamado de las organizaciones de Salud.

La Asociación de Medicina Social y Salud Colectiva- ALAMES Chile- hace un llamado Nacional e Internacional a estar muy alertas para la defensa de los Derechos Humanos y la lucha por un buen vivir de nuestros pueblos.

**Un abrazo Fraternal a todos los que luchan!  
Viva el Pueblo!**

**Santiago- Valparaíso, 19 de octubre de 2019**

---

### Análisis de Coyuntura de Chile del 14 al 22 de octubre de 2019

1. La crisis se desató cuando, por recomendación de un panel de expertos del Transporte Público, el gobierno del presidente Sebastián Piñera decidió subir el precio del pasaje del Metro de Santiago en 30 pesos, llegando a un máximo de 830 pesos (US\$1,17 aproximadamente).
2. A modo de protesta, estudiantes secundarios comenzaron el lunes 14 de octubre a realizar las primeras "evasiones masivas" en el metro, pasando por encima y levantando torniquetes para ingresar a los andenes sin pagar. La respuesta fue represiva por parte de carabineros lo cual provocó algunos incidentes aislados en varias estaciones del metro de Santiago.
3. La excesiva de la fuerza policial aumentó la cantidad de estudiantes movilizados que, para el día viernes 18 por la mañana, ya desbordaba distintas estaciones del metro, evadiendo masivamente, entrando a las estaciones cerradas a la fuerza y siendo, nuevamente, reprimidos con violencia brutal por la policía. Avanzada la jornada del viernes se masifica la movilización social, sumándose distintos sectores sociales y demandas.
4. Detrás del llamado a evasión se encontraban ahora una serie de demandas ciudadanas que habían sido constantemente subestimadas e incluso ridiculizadas por parte del gobierno. Por las redes sociales (que han estado muy activas durante todas las jornadas), circuló un dibujo de un iceberg que mostraba con claridad que bajo la zona de visibilidad de las alzas de pasajes del transporte público, se encontraban una serie de demandas sociales que partían por las precariedades laborales, la crisis del sistema de pensiones, los recortes de presupuestos para el sistema de salud público, vergonzosos casos de desfalco del erario público tanto por el ejecutivo (MOP GATE) como por las fuerzas armadas (PACO GATE), colusiones de grandes empresas con multas insignificantes para los involucrados (cadenas de farmacias, papel higiénico, etc.). En fin, expresiones diversas de una forma de Estado que a través de un modelo neoliberal extractivista perpetúa una oligarquía en el poder político y económico que exprime progresivamente al pueblo.
5. El ministro del interior Chadwick comenzó a amenazar con la "Ley de Seguridad del Estado", sin una sola palabra sobre el fondo de las demandas. "Delincuencia pura y dura", "hordas", "lumpen" y "delincuentes" eran las palabras del ejecutivo para la protesta social que crecía.
6. Para el sábado 19, sin mayor diálogo con la ciudadanía el presidente decreta "Estado de Emergencia" suspendiendo derechos civiles e imponiendo el "toque de queda" nocturno en la capital Santiago y luego en varias ciudades del país (Valparaíso, Concepción, Coquimbo, Rancagua, Valdivia). Aparecen militares en las principales calles con armas de guerra y tanquetas, lo cual genera aún más masivas manifestaciones de rechazo ciudadano.
7. Los toques de queda no son respetados por los manifestantes, generando escenas de gran brutalidad de represión militar y vandalismo hacia la propiedad pública y privada donde también hay evidencias de elementos policiales infiltrados.
8. Hasta el día 21 de Octubre un conteo realizado por una organización de profesionales de salud declaraba 17 muertos en enfrentamientos e incendios, 13 heridos graves por balas y 1906 detenidos (Asociación de médicas y médicos Dra. Eloisa Diaz con fuentes del Ministerio de Salud con fuentes de Ministerio del Interior y Colegio Médico de Chile).
9. Para el día 23 y 24 diversas organizaciones sindicales del país convocaron a una huelga nacional general.

### Reflexiones

Desde el sábado 19/10, la reacción del gobierno frente a las protestas ha sido comparada a la manera en que la dictadura respondió con represión a las 22 jornadas de protesta nacional entre 1983 y 1987. El toque de queda no había sido decretado en Santiago desde 1987.

Al igual que durante la dictadura, la opción violenta del gobierno responde a la necesidad de resguardar la confianza que las instituciones financieras depositan en Chile. De acuerdo a Salazar (2011:18), el gran vencedor de la retirada de Pinochet fue el movimiento social y cultural de las 22 jornadas nacionales de protesta (y no los partidos políticos) porque demostraron la ingobernabilidad del país, espantando al capital extranjero internacional. Sin embargo, en la década de 1980 no se consiguió pasar de la "acción expresiva" de la protesta a la propuesta política (Garcés y de la Maza, 1985: 18). En la fase actual de organización de los movimientos sociales en Chile (Coordinadora No+AFP, Movimiento por el Agua y los Territorios, MODATIMA, movimiento feminista del 8M, MPL, entre otros), hay una serie de avances programáticos y propuestas para modificar la institucionalidad que podrían tener salida política



en una Asamblea Constituyente. Por su parte, el Consorcio de Universidades del Estado de Chile (CUECH) ha declarado públicamente que para "... propiciar el diálogo y la no violencia [se] requiere necesariamente de un nuevo pacto social". Este lunes 21/10, un grupo de al menos 50 actores y organizaciones sociales exigió Asamblea Constituyente y 6 medidas anti abusos de corto plazo para concretar dicho pacto social.

En un contexto en que se avecinan importantes cumbres internacionales (APEC en noviembre y COP25 en diciembre), parece que lo analizado profundamente por Salazar (2006) como Violencia Política Popular (VPP) es lo que - en última instancia - hace mudar la posición intransigente del gobierno de no bajar el precio del pasaje de metro. La violencia que emerge en las protestas es un fenómeno social muy complejo que no sólo incluye hechos VPP como el levantamiento de barricadas, sino también saqueos e incendio del comercio (aún no investigados). Sin embargo, desde los discursos de gobierno y los medios de comunicación oficiales se le simplifica para establecer una "línea abismal" entre vándalos y ciudadanos, intentando legitimar así el uso de la violencia militar y estimulando divisiones entre manifestantes. Esta clasificación a priori para hechos de violencia aún no dilucidados, implica despojar de sus derechos constitucionales al supuesto vándalo, aplicándola de manera discrecional para criminalizar la protesta social: todo es vandalismo. Aunque el toque de queda encubre la violencia militar y sus montajes, ya hay testimonios de que se trata de una política de gobierno que no respeta los DDHH, ya que los militares no están formados para tratar con una población civil desarmada porque, al igual que nuestras leyes, son herederos de una tradición pinochetista. Adicionalmente, los anuncios de aplicación de la Ley de Seguridad del Estado hacen temer una persecución política contra quienes se manifiestan en las inmediaciones de hechos VPP y saqueos.

Sin duda, lo que resulta urgente es enfrentar las violaciones a los derechos humanos de manifestantes de todas las edades, perpetradas por un gobierno que ha delegado la decisión de iniciar y detener el toque de queda a las fuerzas armadas. Gran parte de la prensa internacional ya ha destacado que el presidente Sebastián Piñera ha tomado la errada decisión política de enfrentar las protestas como si de una guerra se tratase, enviando el siguiente tipo de mensajes televisivos a la nación:

"Es un enemigo poderoso, estamos conscientes que son grupos organizados (...). Sabemos perfectamente lo que están preparando para mañana; no vamos a permitir que los delincuentes se sientan dueños del país"

Por otro lado, la respuesta desde el poder ejecutivo que se niega al diálogo con la ciudadanía y precozmente decreta el Estado de excepción criminalizando de esta forma la protesta social, aparece como similar a la que hace un par de semanas protagonizó en Ecuador el presidente Lenin Moreno frente a las movilizaciones masivas iniciadas por el movimiento indígena campesino (CONAIE) como respuesta al denominado "paquetazo" de medidas de reducción de subsidios, precarización laboral y condonación de deudas a los grandes capitales. Medidas impuestas por el FMI y sumisamente llevadas a cabo por Moreno que dejaban a gran parte de una población predominantemente rural bajo la línea de la sobrevivencia. Es posible pensar que la disminución del patrón de acumulación a nivel global (crisis climática mediante) siga siendo tratado de traspasar de manera cada vez más agresiva hacia los bolsillos de las masas trabajadoras de nuestros países. En ese escenario los Estados de nuestra región alineados a la globalización neoliberal parecen tener cada vez menos elementos democráticos para defender sus estrategias de aumento de las injusticias sociales, debiendo imponerlas mediante el uso de las fuerzas armadas frente a su misma población. Otra demostración más que democracia y neoliberalismo son términos opuestos.



EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL



Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA



Universidade de  
Coimbra - Alta e Sã  
noite no Lado do Palácio  
Mondar em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# Simplificar, re-interpretar e alterar a violência sexual: como a AfD usa o Facebook para promover o seu programa anti-imigração

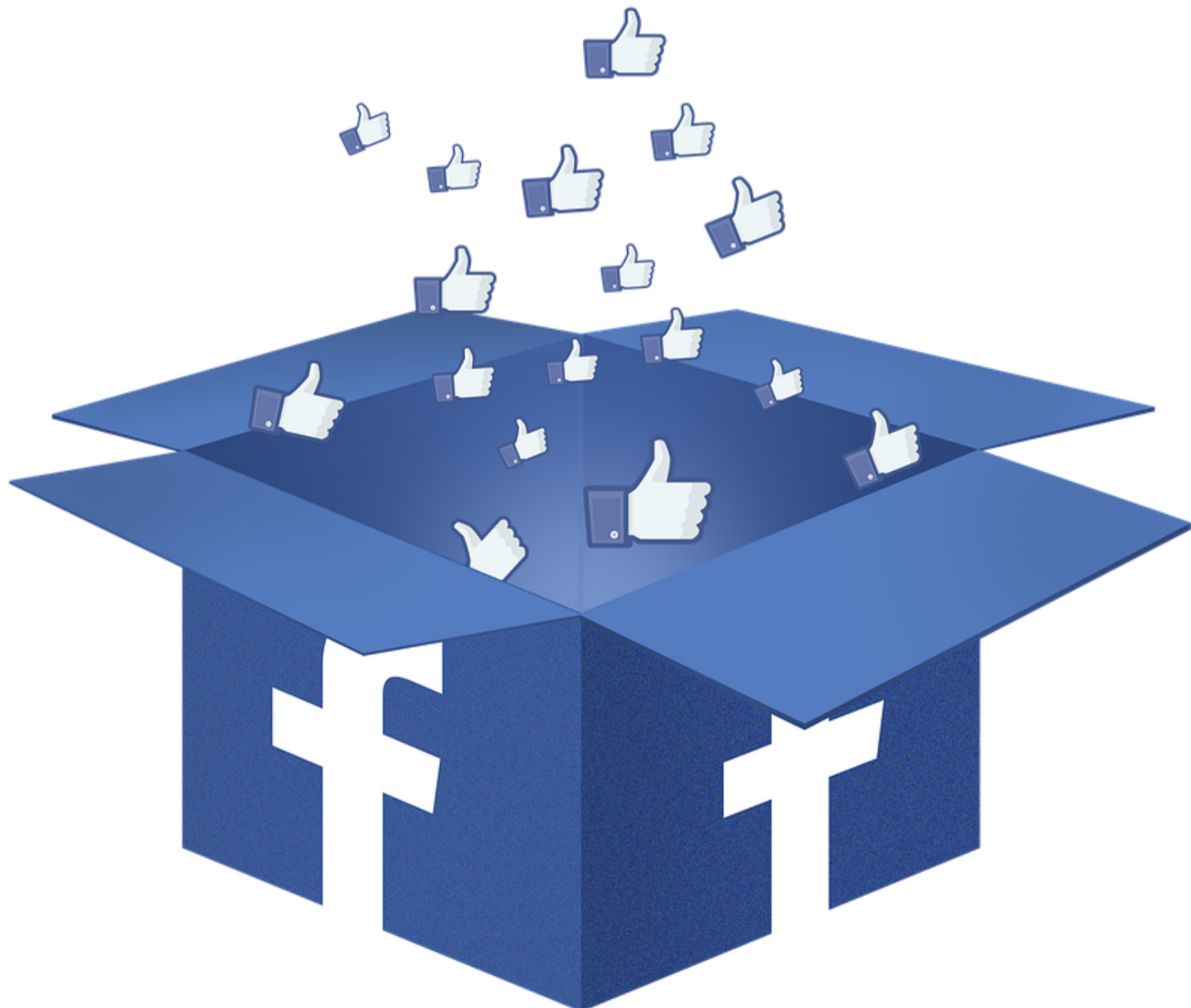
## AN Original - DeOthering

2019-10-19

Por Júlia Garraio

*Este artigo faz parte de uma série de publicações da autoria da equipa de investigação do projeto DeOthering, publicada no Alice News com cadência mensal.*

Os discursos europeus de contestação ao multiculturalismo e de rejeição do acolhimento de refugiados/as têm-se alimentado fortemente de imaginários coloniais e orientalistas em torno do homem muçulmano como misógino e potencial agressor sexual. A cobertura jornalística e os debates políticos em torno dos acontecimentos da Passagem de Ano de Colónia em 2015/16 expõem emblematicamente uma tendência atual para racializar a violência sexual perpetrada por imigrantes, sobretudo quando estes são originários de países de maioria muçulmana, tendência que permite que a violação se venha tornando num privilegiado marcador cultural de exclusão do Islão da “nação imaginada”.



A Alemanha é de facto uma sociedade fortemente marcada por situações de pânico moral em torno de crimes sexuais perpetrados por imigrantes, geradoras de uma crescente associação entre imigração e violência sexual. Iconografias e narrativas do reportório dos extremismos xenófobos têm vindo a ganhar

espaço no debate político e entre o senso comum. As vozes de extrema-direita destacam-se simultaneamente como promotoras e beneficiárias desta evolução no debate político, num contexto em que o descrédito pelos meios de comunicação tradicionais é concomitante com a emergência de um terreno fértil para as teorias de conspiração, frequentemente alavancadas em narrativas de vitimização nacional, disseminadas através das redes sociais. É nesse sentido que valerá a pena olhar para as páginas Facebook da Alternative für Deutschland (AfD), o principal partido de extrema-direita do país, para melhor perceber como se processa a construção e disseminação de narrativas de pânico moral, de fake news e, de um modo geral, de discursos de ódio, racistas e xenófobos. Como é sabido, o discurso “anti-sistema” da AfD no contexto das chamadas “crise do euro” e “crise dos refugiados” (na prática, a contestação às políticas da Chanceler Merkel nestas questões) deu-lhe popularidade, abrindo-lhe caminho para a representação parlamentar. As páginas Facebook do partido dirigem-se assim a um eleitorado descrente dos partidos tradicionais e dos media convencionais. No entanto, enquanto partido com assento parlamentar, a comunicação da AfD tem de obedecer à constituição alemã. É neste sentido, como espaço de disseminação de ideias xenófobas dentro dos limites estabelecidos pela lei alemã sobre discurso de ódio, que as páginas da AfD no Facebook são uma fonte útil para perceber como a retórica extremista entra na comunicação social e influencia os debates atuais sobre migração.

Os cartazes virtuais de fundo azul com o logo da AfD no canto inferior direito, postados mensalmente na página nacional Facebook do partido com uma média mensal de 30 a 60, revelam o que este considera serem os pontos centrais do seu programa político e os valores em que aposta na comunicação com o seu eleitorado. Inseridos num sistema de transmissão de informação em três etapas, os cartazes são acompanhados por um breve texto de contextualização e pelo link para a fonte da informação em que a mensagem do cartaz se apoia (frequentemente um artigo de jornal).

No outono de 2015, numa altura em que a oposição aos empréstimos à Grécia começava a perder protagonismo na propaganda do partido a favor da crescente contestação ao acolhimento de refugiados/as, o partido criou a série de cartazes com o mote “Asylchaos & Eurocrise stoppen” [Acabar com o caos do asilo & a crise do euro]. Desta série fazia parte o cartaz “Frauen werden zu Freiwild” [As mulheres tornam-se alvo] (12-10-2015), um cartaz que postula a existência de uma ameaça sexual às mulheres na Alemanha devido às políticas de asilo. A fonte para esta afirmação é o artigo do jornalista Phillip Woldin “Wie Frauen in Flüchtlingslagern zu Freiwild werden” [“Como as mulheres se tornam alvo nos centros de acolhimento”] (11.10.2015), publicado no jornal de centro-direita Die Welt, sobre os riscos de violência e assédio sexual que as mulheres refugiadas viviam em centros de acolhimento sobrelotados em Hamburgo. O jornalista destacava as propostas de alguns especialistas a favor da criação de alojamento separado para mulheres não acompanhadas como uma possível solução para o problema. Um texto sobre as ameaças sexuais às mulheres refugiadas na Alemanha está assim na origem de um cartaz da extrema-direita a denunciar os refugiados como uma ameaça sexual para as mulheres alemãs. A ponte entre a fonte com a mensagem subliminar “temos de proteger as mulheres refugiadas” e a mensagem do cartaz “temos de proteger as mulheres alemãs dos refugiados” é feita por um texto de 141 palavras que acompanha o cartaz. O texto argumenta que, em vez de discutir as condições deficitárias de alojamento dos refugiados, o debate político-mediático alemão deveria olhar a violência sexual entre refugiados como prova da incapacidade de estas pessoas se integrarem na cultura alemã, devendo assim exigir medidas para proteger as mulheres alemãs. Ao remeter para o artigo do jornal Die Welt, a AfD recorre aos media convencionais para dar credibilidade às suas afirmações; no entanto, ao mesmo tempo, o texto de 141 palavras desacredita a abordagem da fonte, assim participando na contestação aos valores e à credibilidade dos media convencionais. Ao reduzir a complexidade da abordagem levada a cabo no artigo do Die Welt, o texto-ponte socorre-se de um quadro de análise que contraria a abordagem do artigo do jornal: o que o artigo trata como questão de violência de género intensificada pelas condições logísticas do alojamento é re-significado pela AfD como violência gerada pela cultura de origem dos refugiados. Ora, uma vez que a atenção dos/as utilizadores/as do Facebook tende a ser atraída por imagens e textos curtos (uma parte significativa não acede sequer ao link do jornal), na comunicação em três etapas preconizada pela página Facebook do partido, o cartaz sobressai, veiculando a mensagem dominante com a qual os seguidores da página irão estabelecer um debate através da caixa de comentários e as partilhas, que por seu lado tendem a apoiar e reforçar a mensagem do cartaz.

O cartaz “Frauen werden zu Freiwild” mostra exemplarmente como o processo de comunicação da AfD envolve a tradução, reconfiguração e reinterpretação de histórias e dados que circulam nos media convencionais, que, através dos veículos de comunicação do partido como o Facebook, são reintroduzidos no espaço mediático em narrativas da extrema-direita. Este cartaz, anterior aos acontecimentos de Colónia, mostra igualmente que o funcionamento do Facebook, favorável à amplificação do impacto de imagens visuais através da caixa de comentários e das partilhas, contribui para a intensificação do pânico sexual em torno da migração e das políticas de asilo. A análise da interseção performativa entre iconografia, texto e fontes sugere assim que a própria natureza do Facebook favorece a disseminação de explicações simplistas para questões complexas e assim a promoção da narrativa da violação como crime racializado que poderia ser facilmente resolvido na Alemanha através de medidas que restringissem a imigração e restaurassem as fronteiras nacionais. Em suma, as potencialidades das redes sociais na disseminação de fake news não se limitam apenas à promoção de “factos alternativos”. Como este exemplo sugere, passam pela capacidade de impor focos e interpretações alternativas, capazes de direcionar o entendimento de problemas presentes nos debates públicos e assim redefinir as prioridades da luta política.

# ALERTA FEMINISTA no Brasil denuncia a ameaça aos direitos das mulheres à cidadania

## AN Original

2019-10-17

Por SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia

*Lançado pela Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, o documento apresenta uma esfera fundamental na luta pela democracia no país*



Lançado na última semana no Brasil, o ALERTA FEMINISTA apresenta a situação que o país vive diante da conjuntura política e social de caça aos direitos conquistados pelo conjunto dos movimentos sociais, em especial ao movimento feminista, na luta histórica pela legalização do aborto. Ele foi elaborado por várias organizações e coletivos que compõem a Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto. Nele fica claro o que está tramitando no Congresso sobre o tema do Aborto e inclui uma análise crítica sobre a estratégia dos fundamentalistas conservadores que tenta proibir a autonomia das mulheres sobre o próprio corpo.

Para Betânia Ávila, que integra o SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, ativista feminista da Articulação de Mulheres Brasileiras e da Articulação Feminista Marcosur, o ALERTA FEMINISTA ressalta a importância do direito a ter direitos para a cidadania, estendendo a concepção de democracia para além de um sistema político, mas como uma forma de organização da vida social. Para a ativista, o ALERTA FEMINISTA fortalece a preposição central do direito a ter direitos para que se compreenda que a luta pela legalização do aborto é uma luta por democracia, por cidadania e que os direitos reprodutivos são uma luta diretamente ligada à existência das mulheres como sujeitos corporificados.

"Se pensarmos a democracia não apenas como um sistema político, mas como uma organização da vida social, a questão do direito a ter direitos é fundamental para o momento que estamos vivendo; momento de ameaças e desestruturação de direitos e de golpes na vida democrática, tanto no sistema político como também na democracia da vida cotidiana. Direito é aquilo que se conquista, que garante partilhar e ter acesso ao bem público, ao bem comum. Ter direitos é algo que também, subjetivamente, nos torna mais fortes, com mais capacidade de nos compreendermos no mundo como sujeitos, como pessoas que têm a acessar o bem comum, mas também a participar da vida pública, da vida política. Isso implica também propor direitos. É preciso participar para ter acesso e construir novos direitos, resistir para que eles sejam de fato implantados e para que eles também se mantenham. Na questão dos direitos reprodutivos isso é uma dimensão fundamental."

As forças conservadoras no poder no Brasil lideram a pauta antifeminista, atentando contra a vida, a liberdade e a autonomia das mulheres como parte importante de seu projeto de restauração e aprofundamento da velha ordem excludente. Para alcançar seus fins, usam diferentes subterfúgios para criminalizar totalmente o aborto no Brasil. Esse ALERTA FEMINISTA tem como objetivo revelar a estratégia dos conservadores. Eles argumentam que a vida do feto em formação é mais importante do que a vida das mulheres e meninas. Equiparam o aborto a assassinato. Buscam aumentar a pena e o encarceramento de mulheres que tentaram interromper a gravidez, ou precisaram abortar.

Como explica ainda Betânia Ávila, "os direitos reprodutivos são de autoria do movimento feminista, cuja concepção veio do movimento de mulheres, da sua experiência concreta no mundo e as necessidades que essa esfera da vida coloca. Os direitos reprodutivos colocaram a reprodução na esfera da cidadania. Então é fundamental pensar que os direitos reprodutivos também trouxeram uma concepção que todas as demandas relativas à reprodução estão interligadas: o fato das mulheres engravidarem, de precisarem de contracepção para evitarem a gravidez, da necessidade de acompanhamento na gravidez e na hora do parto, no puerpério, o fato das mulheres precisarem ter acesso ao direito do aborto legal quando decidem pela sua interrupção. Então, se você nega a uma mulher uma dimensão desses direitos, você está negando todos esses direitos. O fato do aborto ser uma prática ilegal, uma prática criminalizada, que as mulheres sejam criminalizadas ao fazerem um aborto, isso afeta todos os direitos reprodutivos, afeta profundamente a cidadania das mulheres e afeta também a democracia. Significa uma negação de direitos".

---

Para saber mais sobre a situação no Brasil:

**[Baixe o Alerta Feminista AQUI](#)**

**[Compartilhe no Facebook AQUI](#)**

**[Conheça o site da Frente AQUI](#)**

**[Entre em contato com a Frente para realizar debates no seu território: fnpla@riseup.net](mailto:fnpla@riseup.net)**

**O SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia é uma organização da sociedade civil, autônoma, sem fins lucrativos, fundada em 1981, com sede na cidade do Recife – Pernambuco, na região Nordeste do Brasil.**



**EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL**



**Centro de Estudos Sociais**  
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA



Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
Ciência e Cultura



Universidade de  
Coimbra - Acta e Sefia  
inscrita no Livro do Património  
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.